

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

Nº 08

RELATÓRIO DE PESQUISA

Uma Caracterização da Extrema Pobreza no Brasil

Janeiro de 2011

Apoio:



O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

Coordenador Executivo do LEP/CAEN/UFC

Flávio Ataliba Barreto

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/index.php/pesquisa/laboratorio-de-estudos-da-pobreza>

Autores

Arnaldo Santos (expert13@terra.com.br / arnaldosantos13@live.com)

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutor em Ciência Política UTL/Lisboa/Portugal

Pós-Doutorando CAEN/UFC

Carlos Alberto Manso (calbertomanso@yahoo.com.br)

Doutor em Economia CAEN/UFC

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Carlos Eduardo Marino (eduardomarin@caen.ufc.br)

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutorando em Economia CAEN/UFC

Auditor Fiscal Adjunto da Receita Estadual

João Mario França (joao.franca@ufc.br)

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutor em Economia EPGE/FGV

Colaboradores

Décio Chaves

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Janaina Feijó

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Dannielly Viana

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Jordano Rocha

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Iranildo Araújo

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Mestrando em Economia CAEN/UFC

Valdemar Pinho

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

1. INTRODUÇÃO

O tema “Extinção da Extrema Pobreza no Brasil” vem ganhando grande destaque na mídia nacional, especialmente na última eleição presidencial quando a então candidata Dilma Rousseff incluiu esse desafio como um dos seus principais pontos do seu programa de governo. Evidentemente que esse assunto traz uma discussão importante que é a tarefa de desenhar políticas públicas que possam atingir de forma satisfatória esse objetivo. Em seus primeiros dias, o novo governo já mobilizou um grande número de ministérios para iniciar um processo de discussão interna de quais ações deveriam ser encaminhadas.

Nesse contexto, e dando continuidade ao processo de análise dos microdados a partir das novas informações da PNAD-2009, divulgadas pelo IBGE em setembro último, o Laboratório de Estudos da Pobreza - LEP contribui para a discussão lançando um novo relatório intitulado “Uma Caracterização da Extrema Pobreza no Brasil”. O objetivo central é fazer uma investigação inicial, tomando como base o ano de 2009, de algumas condições importantes das pessoas que vivem nessa situação.

Considerando como extremamente pobre a pessoa que vive com até 1/8 do salário mínimo em 2009, o que corresponde a R\$ 58,13/mês, são analisadas informações sobre distribuição dessa população por região do país, área censitária (metropolitana, urbana e rural), faixa etária e nível educacional. Também se faz uma caracterização da distribuição da quantidade e da proporção das pessoas na extrema pobreza por Estado da federação. Por fim, examina-se o custo financeiro de extinção da extrema pobreza em cada Estado caso seja adotado um programa de transferência direta de recursos. Esse custo financeiro é avaliado tanto em termos da renda média de cada família como em termos da receita corrente dos governos estaduais.

2. A EXTREMA POBREZA NO BRASIL

A Tabela 1 e as Figuras 1A e 1B mostram a distribuição da população total e da população em situação de extrema pobreza, segundo as regiões geográficas. Percebe-se que a extrema pobreza está mais concentrada na Região Nordeste que possui 28,2% da população total e 57,3% dos indivíduos vulneráveis.

TABELA 1: População e Pessoas em situação de extrema pobreza* por Região, 2009

Região / País	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Brasil	Nr Pessoas (B)	% do Brasil	Proporção (B/A)
Centro-Oeste	13.978.355	7,29%	468.877	4,66%	3,35%
Nordeste	54.019.878	28,17%	5.764.734	57,29%	10,67%
Norte	15.555.081	8,11%	1.069.397	10,63%	6,87%
Sudeste	80.466.148	41,95%	2.098.734	20,86%	2,61%
Sul	27.776.167	14,48%	659.794	6,56%	2,38%
Brasil	191.795.629	100,00%	10.061.536	100,00%	5,25%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

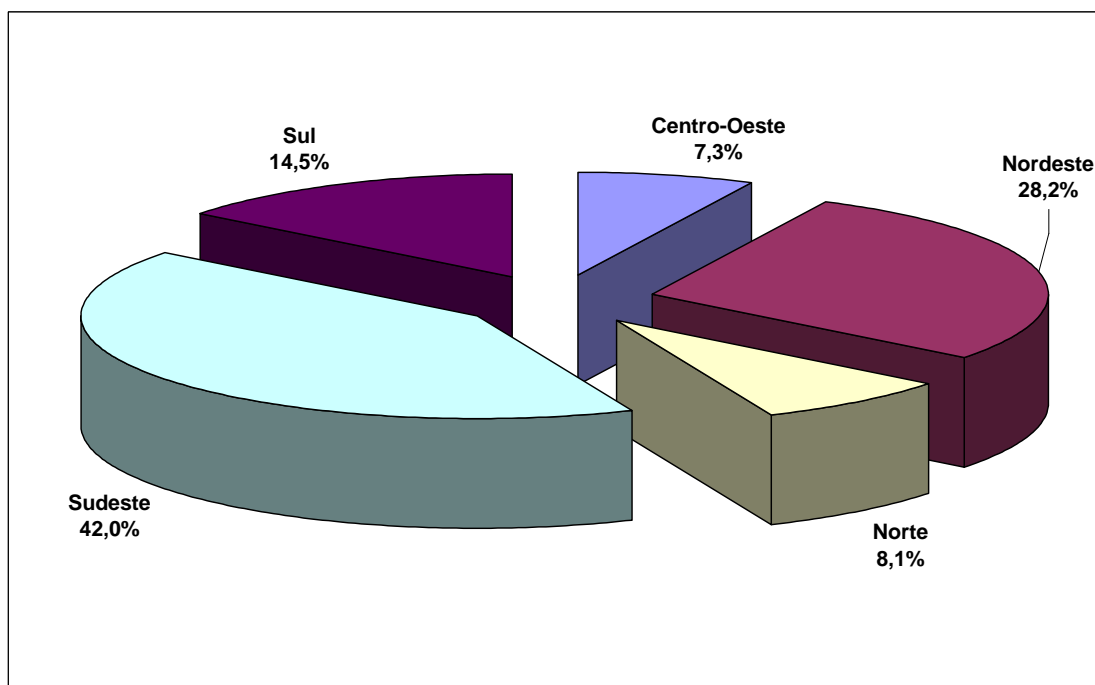


FIGURA 1A: Distribuição Populacional por Regiões, Brasil, 2009

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

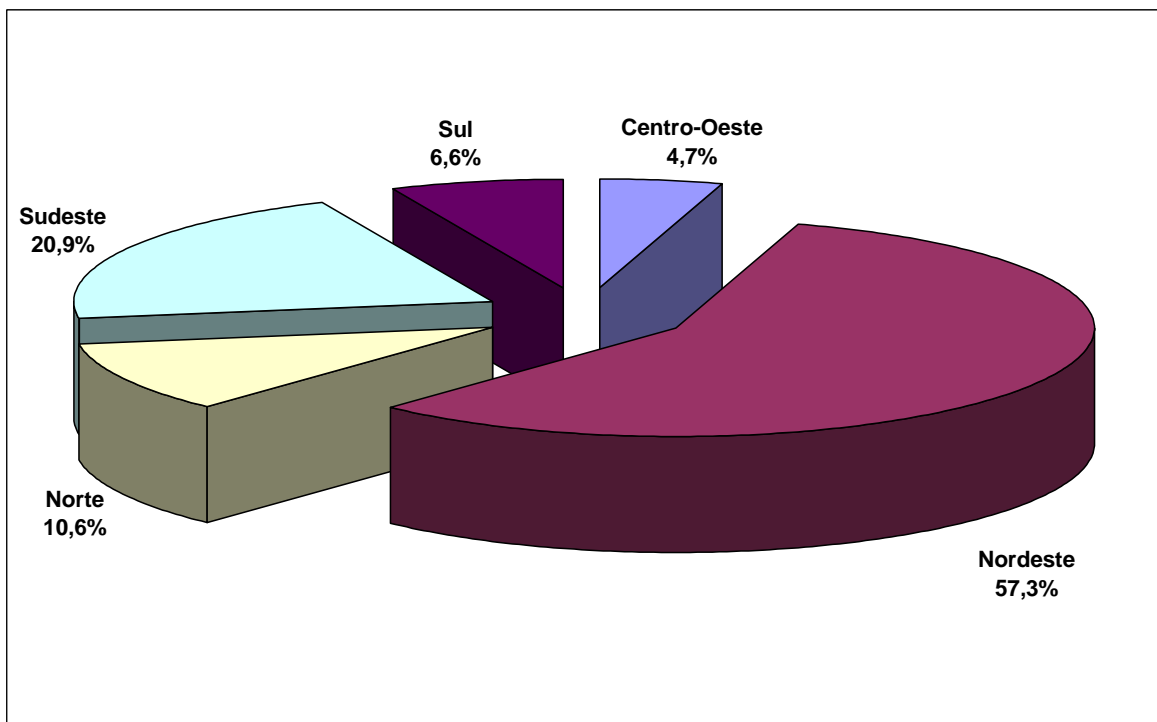


FIGURA 1B: Distribuição Extrema Pobreza por Regiões, Brasil , 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Quanto a distribuição da população total e da população em situação de extrema pobreza por área censitária no Brasil, a Tabela 2 e as Figuras 2A e 2B exibem esses valores. Observa-se uma grande concentração de pessoas na condição de extrema pobreza na área rural que apesar de responder por 15% da população total, possui mais de 35% dos indivíduos com renda familiar *per capita* inferior a 1/8 do salário mínimo.

TABELA 2: População e Pessoas em situação de extrema pobreza * por área censitária, 2009

Área Censitária	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Brasil	Nr Pessoas (B)	% do Brasil	Proporção (B/A)
Metropolitana	59.505.012	31,03%	1.991.511	19,79%	3,35%
Rural	28.773.153	15,00%	3.539.094	35,17%	12,30%
Urbana	103.517.464	53,97%	4.530.931	45,03%	4,38%
Brasil	191.795.629	100,00%	10.061.536	100,00%	5,25%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

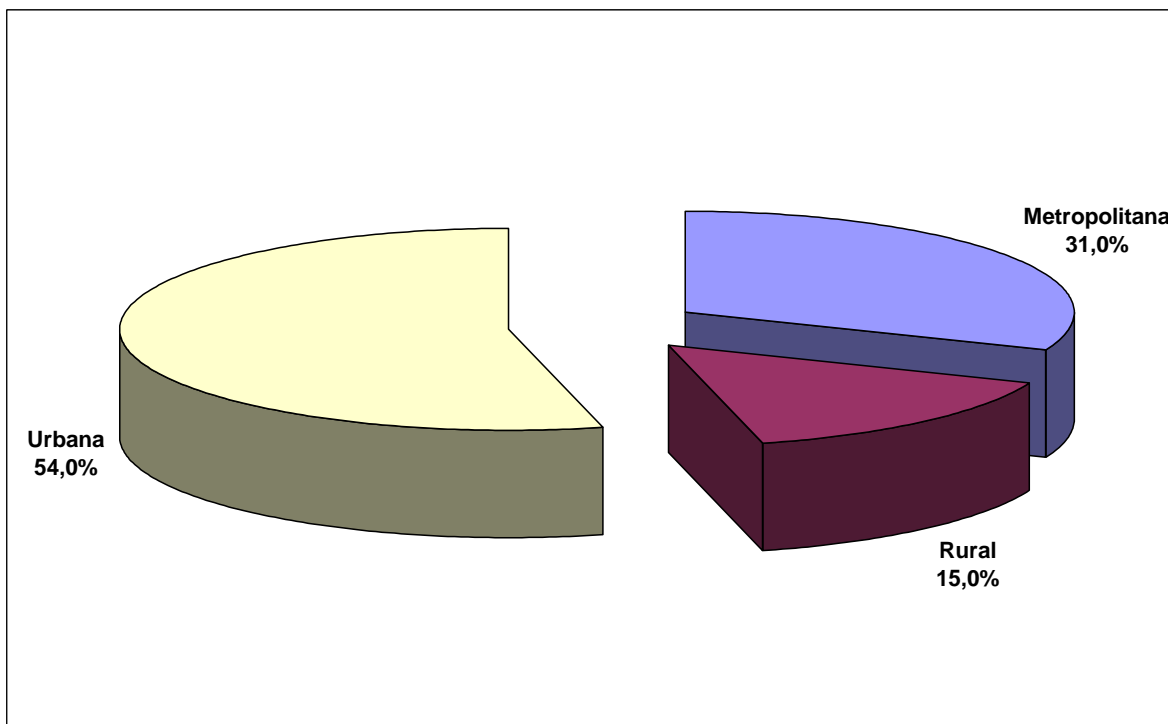


FIGURA 2A: Distribuição Populacional por Área Censitária, Brasil, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

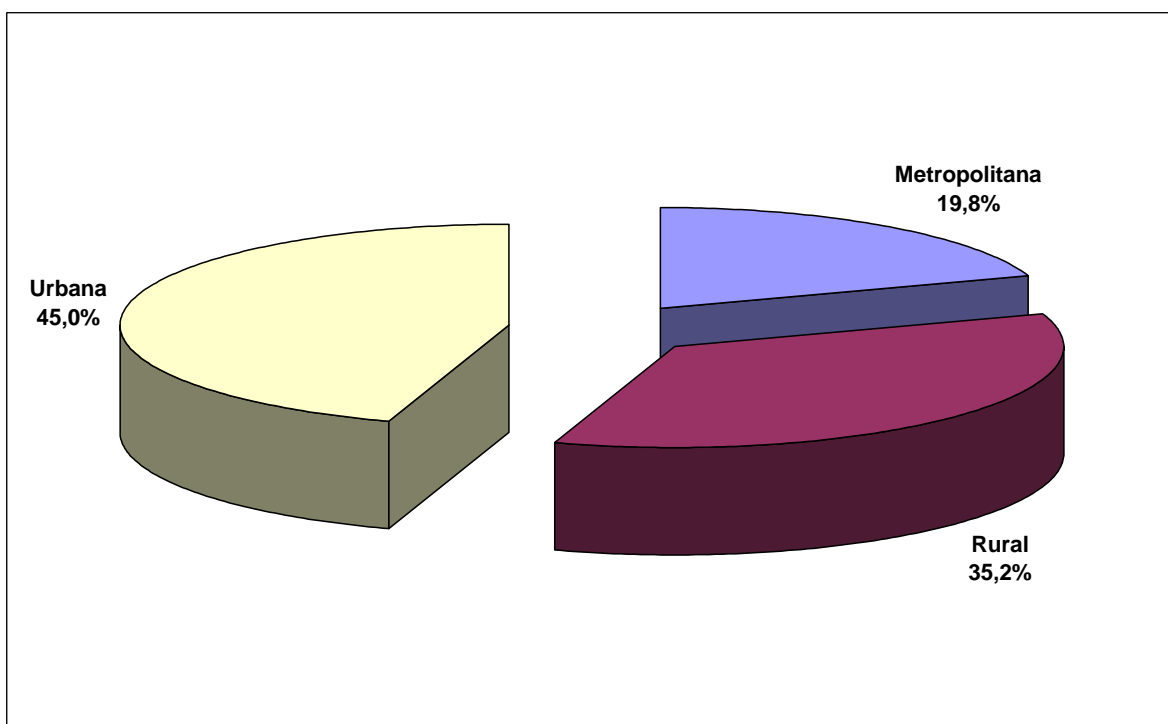


FIGURA 2B: Distribuição Extrema Pobreza por Área Censitária, Brasil, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

A distribuição da população total e da população em situação de extrema pobreza entre as faixas etárias pode ser observadas na Tabela 3 e nas Figuras 3A e 3B

evidenciam. Duas observações merecem destaque. A primeira é o expressivo número de crianças em situação de extrema pobreza. Indivíduos com menos de quinze anos representam 24,2% da população total e 44,5% das pessoas em situação vulnerável. Outro fato relevante é a pequena participação de idosos entre os mais pobres. Apesar de 0,55% das pessoas com sessenta e cinco anos ou mais possuírem renda familiar *per capita* inferior a 1/8 do salário mínimo.

TABELA 3: População e Pessoas em situação de extrema pobreza * por Faixa Etária, Brasil, 2009

Faixa Etária	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Brasil	Nr Pessoas (B)	% do Brasil	Proporção (B/A)
0 - 14	46.410.479	24,20%	4.482.261	44,55%	9,66%
15 - 24	33.433.706	17,43%	1.926.935	19,15%	5,76%
25 - 34	31.533.213	16,44%	1.499.073	14,90%	4,75%
35 - 44	27.175.188	14,17%	1.023.529	10,17%	3,77%
45 - 54	22.787.037	11,88%	717.415	7,13%	3,15%
55 - 64	15.368.040	8,01%	329.045	3,27%	2,14%
>= 65	15.087.966	7,87%	83.278	0,83%	0,55%
Brasil	191.795.629	100,00%	10.061.536	100,00%	5,25%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

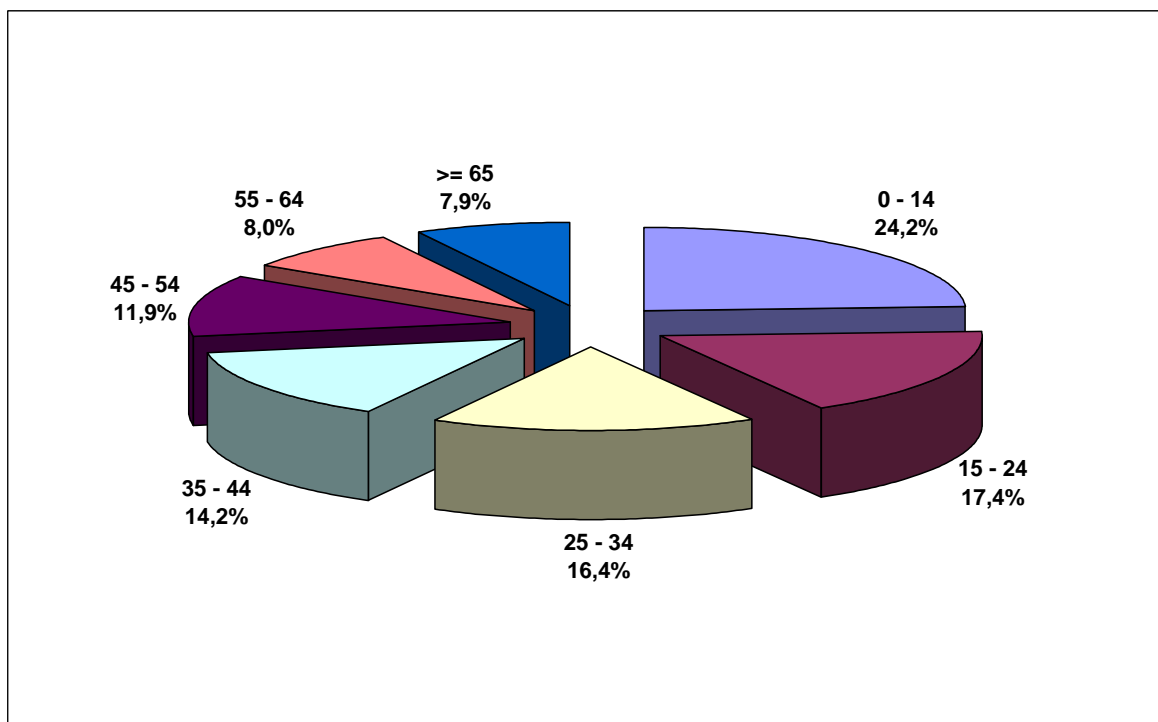


FIGURA 3A: Distribuição Populacional por Faixas Etárias, Brasil, 2009

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

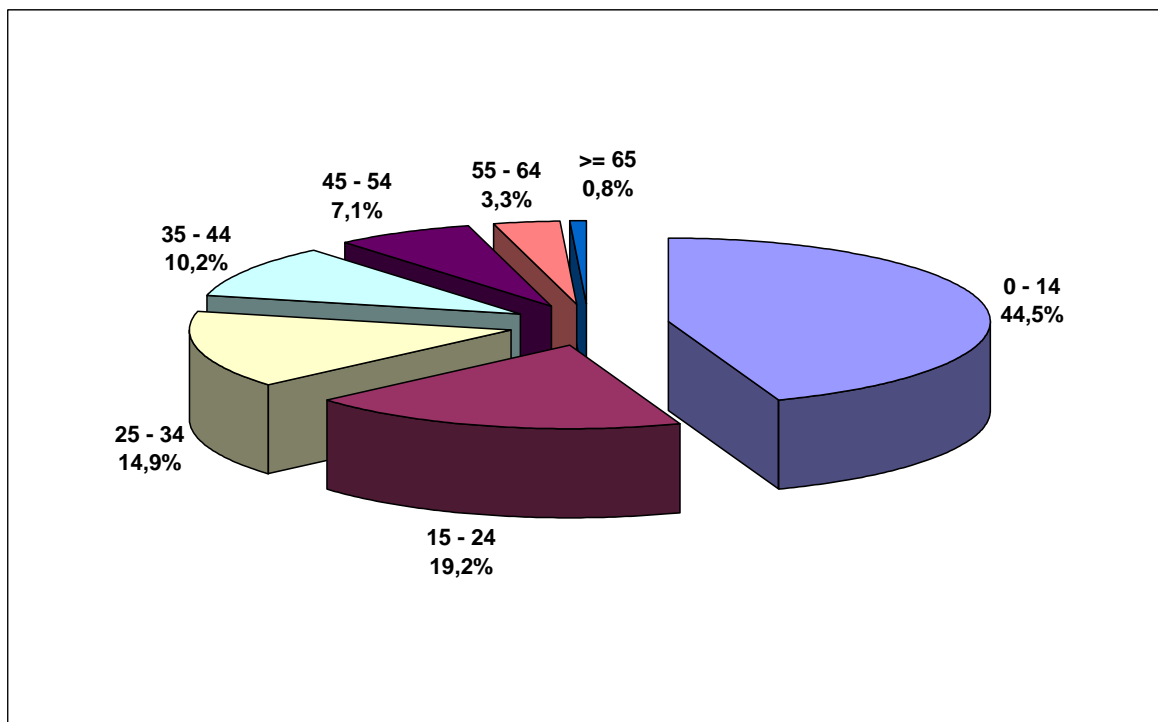


FIGURA 3B: Distribuição Extrema Pobreza por Faixas Etárias, Brasil, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Uma inspeção nos dados da Tabela 4, que mostram a distribuição populacional e da população em situação de extrema pobreza para os indivíduos acima de quinze anos, indica que 75% dos indivíduos em situação vulnerável têm menos de nove anos de estudo.

TABELA 4: Distribuição por Anos de Estudo, pessoas acima de 15 anos, todas as classes de renda e em situação de extrema pobreza *, Brasil, 2009

Anos de Estudo	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	Nr Pessoas (A)	% do Total	Nr Pessoas (B)	% do Total	Proporção (B/A)
Sem Instrução	15.022.887	10,70%	916.724	17,37%	6,10%
1 a 4 anos	28.998.794	20,66%	1.483.651	28,11%	5,12%
5 a 8 anos	31.615.440	22,52%	1.538.875	29,16%	4,87%
9 a 12 anos	48.083.219	34,25%	1.209.891	22,92%	2,52%
13 anos ou mais	16.650.285	11,86%	128.917	2,44%	0,77%
Brasil	140.370.625	100,00%	5.278.058	100,00%	3,76%
Anos Médios de Estudo	7,57		5,51		

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Notas: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

A Tabela 5 exibe indicadores de renda e mercado de trabalho da população total e da população em situação de extrema pobreza. O rendimento familiar *per capita* das pessoas em situação de vulnerabilidade representa apenas 4% do rendimento familiar *per capita* quando se considera o conjunto da população. Considerando o salário médio, os mais pobres percebem 10% do salário médio de toda a população.

TABELA 5: Indicadores de Renda e Mercado de Trabalho, pessoas de todas as classes de renda (T.C.R.) e em situação de extrema pobreza (S.E.P.) *, Brasil, 2009

Itens	T.C.R. (A)	S.E.P. (B)	Razão B/A
Rendimento Familiar per capita (R\$)	631,18	24,31	0,04
Tamanho Médio das Famílias	3,07	3,27	1,07
Salário Médio	1.105,74	112,68	0,10
Taxa de Emprego	93,99%	81,99%	0,87
Produtividade Média (R\$ por h)	25,35	3,06	0,12

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * valores monetários em reais de setembro de 2009

A Tabela 6 mostra a quantidade de indivíduos em situação de pobreza, situação de indigência e situação de extrema pobreza por unidade da federação. As linhas de pobreza são equivalentes a 1/2, 1/4 e 1/8 do salário mínimo, vigente em setembro de 2009, respectivamente. Os índices são apresentados ainda para a Região Nordeste e para o Brasil.

A Bahia tem o maior número de pessoas pobres em termos absolutos, para as três linhas de pobreza utilizadas. Já em termos relativos, Alagoas possui a maior proporção de pobres, independentemente da linha adotada. Santa Catarina é o Estado que possui a menor proporção de indivíduos pobres entre seus residentes nos dois critérios.

Em termos absolutos, o Ceará possui 4,2 milhões de pessoas em situação de pobreza, representando 49,1% da população residente. A situação cearense é similar à situação da Região Nordeste que possui 49,5% de sua população em situação de pobreza. O Ceará ocupa a quinta posição entre as unidades da Federação em proporção de pobres, estando em melhor situação que os estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Piauí.

Em relação à situação de extrema pobreza, o Ceará possui mais de 908 mil pessoas com renda familiar *per capita* inferior a 1/8 do salário mínimo, que corresponde a

mais de 10,6% da população residente. Note-se que a Região Nordeste possui 10,7% da população nessa situação, enquanto no Brasil, 5,2% dos indivíduos encontram-se na extrema pobreza. O Ceará possui a quarta maior proporção de indivíduos em extrema pobreza, estando em melhor situação apenas que os estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco.

3. CUSTO FINANCEIRO DE EXTINÇÃO DA EXTREMA POBREZA

O volume de recursos que devem ser transferidos mensalmente para a erradicação dos três níveis de pobreza são apresentados na Tabela 7. A Bahia necessita do maior volume de transferências de renda para erradicar a pobreza, quando se adota as linhas de 1/2 e 1/4 do salário mínimo, enquanto no Estado de São Paulo se verifica o maior valor a ser transferido para erradicar a extrema pobreza, R\$ 39,7 milhões mensais. Considerando o percentual da renda total familiar que deve ser transferida para erradicação da pobreza, novamente, Alagoas se destaca negativamente, necessitando transferir 21,08%, 5,13% e 1,33% da renda total, utilizando respectivamente as linhas de pobreza de 1/2, 1/4 e 1/8 do salário mínimo.

Para o Ceará, utilizando como linha de pobreza 1/2 salário mínimo, seria necessário transferir renda para os indivíduos mais pobres no montante de R\$ 492 milhões, valor equivalente a 15,18% da renda familiar total. Para erradicar a extrema pobreza seriam necessários R\$ 24 milhões mensais, equivalente a apenas 0,75% da renda familiar total. Na Região Nordeste, o custo para a erradicação da extrema pobreza é de R\$ 166 milhões, representando 0,79% da renda total. Em termos nacionais, considerando a linha de pobreza de 1/2 salário mínimo, seria necessário transferir aproximadamente R\$ 6 bilhões de reais para erradicar a pobreza, representando 5,12% da renda familiar total. Em relação à extrema pobreza, o custo seria de R\$ 340 milhões ou 0,29% da renda familiar total.

A Tabela 8 evidencia o percentual das receitas correntes estaduais que seriam comprometidos com transferências para erradicação da extrema pobreza. No Ceará, seriam necessários R\$ 291 milhões por ano, equivalente a 2,4% da receita corrente estadual para a erradicação da extrema pobreza. O Maranhão é o estado com maior percentual de comprometimento de sua receita corrente, 4,01%. Distrito Federal e Santa Catarina tem o menor nível de comprometimento com 0,32% e 0,35%.

TABELA 6: Número e Proporção de Pessoas em Situação de Pobreza *, Estados, Brasil e Região Nordeste, ano de 2009

Unidade	Número de Pobres						Proporção de Pobres					
	1/2 S.M.	RK	1/4 S.M.	RK	1/8 S.M.	RK	1/2 S.M.	RK	1/4 S.M.	RK	1/8 S.M.	RK
Acre	284.274	25	138.965	25	54.245	25	40,34%	13	19,72%	10	7,70%	10
Alagoas	1.838.291	12	953.162	8	475.250	8	57,35%	1	29,73%	1	14,83%	1
Amapá	270.538	26	111.396	26	38.977	26	42,27%	12	17,41%	13	6,09%	14
Amazonas	1.492.913	14	603.364	15	250.421	15	43,21%	11	17,46%	12	7,25%	11
Bahia	7.011.372	1	3.274.676	1	1.392.197	1	47,70%	7	22,28%	7	9,47%	7
Ceará	4.207.680	5	2.072.311	2	908.985	3	49,11%	5	24,18%	4	10,61%	4
Distrito Federal	449.459	24	139.338	24	63.275	24	17,48%	24	5,42%	24	2,46%	25
Espírito Santo	978.496	17	314.748	18	130.870	19	28,12%	17	9,05%	17	3,76%	18
Goiás	1.389.415	16	410.197	17	202.102	16	23,35%	21	6,89%	21	3,40%	19
Maranhão	3.510.814	6	1.742.865	6	897.412	4	54,27%	2	26,94%	2	13,87%	2
Mato Grosso	770.521	19	269.882	19	136.718	18	25,20%	19	8,83%	18	4,47%	17
Mato Grosso do Sul	605.990	21	172.774	23	66.782	23	25,26%	18	7,20%	20	2,78%	21
Minas Gerais	4.909.629	3	1.745.694	5	679.637	6	24,44%	20	8,69%	19	3,38%	20
Paraná	1.995.915	9	632.073	12	292.271	12	18,65%	22	5,91%	22	2,73%	22
Paraíba	1.940.962	11	868.831	9	364.901	10	50,74%	3	22,71%	6	9,54%	6
Pará	3.462.053	7	1.486.145	7	539.991	7	46,29%	8	19,87%	9	7,22%	12
Pernambuco	4.272.639	4	2.024.772	3	967.806	2	48,44%	6	22,96%	5	10,97%	3
Piauí	1.597.423	13	806.354	11	305.724	11	50,03%	4	25,25%	3	9,57%	5
Rio Grande do Norte	1.447.738	15	615.487	14	270.581	13	45,41%	10	19,31%	11	8,49%	9
Rio Grande do Sul	1.986.088	10	631.829	13	269.612	14	18,19%	23	5,79%	23	2,47%	24
Rio de Janeiro	2.717.953	8	823.646	10	394.883	9	17,20%	25	5,21%	25	2,50%	23
Rondônia	478.699	22	185.380	21	81.189	22	31,27%	16	12,11%	16	5,30%	15
Roraima	168.673	27	59.027	27	20.489	27	39,20%	14	13,72%	14	4,76%	16
Santa Catarina	684.774	20	189.255	20	97.911	20	11,12%	27	3,07%	27	1,59%	27
Sergipe	939.333	18	450.458	16	181.878	17	45,77%	9	21,95%	8	8,86%	8
São Paulo	5.924.666	2	1.756.542	4	893.344	5	14,42%	26	4,27%	26	2,17%	26
Tocantins	470.681	23	175.608	22	84.085	21	35,77%	15	13,35%	15	6,39%	13
Região Nordeste	26.766.252		12.808.916		5.764.734		49,55%		23,71%		10,67%	
Brasil	55.806.989		22.654.779		10.061.536		29,10%		11,81%		5,25%	

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

* considerando frações do salário mínimo (S.M.) vigente em setembro de 2009: R\$ 465,00

TABELA 7: Renda e Proporção da Renda Total a ser Transferida para Erradicação da Pobreza *, Estados, Brasil e Região Nordeste, ano de 2009

Unidade	Renda Mensal						Proporção da Renda Familiar Total					
	1/2 S.M.	RK	1/4 S.M.	RK	1/8 S.M.	RK	1/2 S.M.	RK	1/4 S.M.	RK	1/8 S.M.	RK
Acre	33.455.763	25	7.485.528	25	1.884.147	25	8,16%	13	1,83%	13	0,46%	13
Alagoas	226.945.115	9	55.260.175	8	14.314.248	9	21,08%	1	5,13%	1	1,33%	1
Amapá	29.461.430	26	6.010.274	26	1.719.435	26	9,97%	12	2,03%	12	0,58%	11
Amazonas	157.182.884	15	32.730.377	15	9.068.493	13	10,67%	11	2,22%	11	0,62%	8
Bahia	801.376.769	1	172.979.092	1	38.943.859	2	13,50%	8	2,91%	7	0,66%	7
Ceará	491.863.252	5	110.067.358	4	24.262.956	6	15,18%	3	3,40%	4	0,75%	4
Distrito Federal	43.189.466	24	8.686.121	24	3.155.549	21	1,35%	26	0,27%	26	0,10%	26
Espírito Santo	95.471.559	18	17.987.051	18	5.494.638	18	4,37%	17	0,82%	18	0,25%	18
Goiás	132.139.974	16	25.374.521	16	8.291.308	15	3,63%	20	0,70%	20	0,23%	19
Maranhão	422.182.569	6	104.339.396	5	27.691.537	4	19,36%	2	4,78%	2	1,27%	2
Mato Grosso	78.621.594	19	17.778.390	19	6.234.966	17	4,24%	18	0,96%	17	0,34%	16
Mato Grosso do Sul	53.052.832	21	9.363.260	23	2.832.177	23	3,35%	21	0,59%	21	0,18%	21
Minas Gerais	497.438.249	3	92.466.618	6	25.098.780	5	4,03%	19	0,75%	19	0,20%	20
Paraná	192.493.687	11	38.622.933	12	12.479.174	10	2,48%	22	0,50%	22	0,16%	22
Paraíba	224.957.962	10	47.033.449	10	11.108.795	11	13,96%	6	2,92%	6	0,69%	5
Pará	380.034.680	7	77.079.303	7	19.129.678	7	13,68%	7	2,77%	8	0,69%	6
Pernambuco	497.176.854	4	115.190.899	2	28.999.061	3	14,95%	4	3,46%	3	0,87%	3
Piauí	184.397.349	13	39.780.908	11	7.405.030	16	14,94%	5	3,22%	5	0,60%	9
Rio Grande do Norte	160.556.932	14	33.480.634	14	8.638.420	14	11,04%	10	2,30%	10	0,59%	10
Rio Grande do Sul	188.422.794	12	34.495.972	13	10.053.169	12	2,29%	23	0,42%	23	0,12%	25
Rio de Janeiro	263.150.447	8	50.797.043	9	17.745.734	8	2,14%	24	0,41%	24	0,14%	23
Rondônia	51.314.089	22	10.266.098	21	3.086.704	22	6,19%	16	1,24%	16	0,37%	15
Roraima	16.676.533	27	3.014.367	27	670.977	27	7,83%	14	1,42%	15	0,32%	17
Santa Catarina	59.723.321	20	12.027.659	20	4.375.202	20	1,15%	27	0,23%	27	0,08%	27
Sergipe	109.051.771	17	23.376.426	17	5.080.242	19	11,68%	9	2,50%	9	0,54%	12
São Paulo	557.066.706	2	114.378.493	3	39.715.607	1	1,79%	25	0,37%	25	0,13%	24
Tocantins	49.071.308	23	10.113.883	22	2.734.520	24	7,32%	15	1,51%	14	0,41%	14
Região Nordeste	3.118.508.573		701.508.338		166.444.148		14,85%		3,34%		0,79%	
Brasil	5.996.475.886		1.270.186.228		340.214.408		5,12%		1,08%		0,29%	

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

* considerando frações do salário mínimo (S.M.) vigente em setembro de 2009: R\$ 465,00

TABELA 8: Receitas Correntes x Renda a Ser Transferida para Erradicação da Pobreza Extrema, Estados Brasileiros

UF	Receitas Correntes		Renda a Ser Transferida			Fração da Receita (B/A)	
	Valor Anual (A)	% do Brasil	Valor Mensal	Valor Anual (B)	% do Brasil	Valor	Ranking
AC	3.091.974.482	0,72%	1.884.147	22.609.769	0,55%	0,73%	18
AL	4.882.240.265	1,14%	14.314.248	171.770.980	4,21%	3,52%	2
AM	8.302.362.354	1,94%	9.068.493	108.821.911	2,67%	1,31%	10
AP	2.694.377.619	0,63%	1.719.435	20.633.223	0,51%	0,77%	15
BA	20.915.399.691	4,90%	38.943.859	467.326.311	11,45%	2,23%	5
CE	11.992.539.968	2,81%	24.262.956	291.155.471	7,13%	2,43%	3
DF	11.912.482.064	2,79%	3.155.549	37.866.583	0,93%	0,32%	27
ES	10.537.451.580	2,47%	5.494.638	65.935.661	1,62%	0,63%	20
GO	12.564.799.098	2,94%	8.291.308	99.495.701	2,44%	0,79%	14
MA	8.285.809.594	1,94%	27.691.537	332.298.440	8,14%	4,01%	1
MG	41.063.482.874	9,62%	25.098.780	301.185.364	7,38%	0,73%	17
MS	6.977.155.191	1,63%	2.832.177	33.986.127	0,83%	0,49%	22
MT	8.873.418.410	2,08%	6.234.966	74.819.592	1,83%	0,84%	12
PA	10.841.893.011	2,54%	19.129.678	229.556.139	5,62%	2,12%	7
PB	6.257.240.451	1,47%	11.108.795	133.305.544	3,27%	2,13%	6
PE	14.657.674.821	3,43%	28.999.061	347.988.728	8,52%	2,37%	4
PI	5.245.373.550	1,23%	7.405.030	88.860.365	2,18%	1,69%	8
PR	21.673.425.340	5,08%	12.479.174	149.750.088	3,67%	0,69%	19
RJ	39.100.494.284	9,16%	17.745.734	212.948.810	5,22%	0,54%	21
RN	6.459.334.482	1,51%	8.638.420	103.661.036	2,54%	1,60%	9
RO	4.398.708.031	1,03%	3.086.704	37.040.446	0,91%	0,84%	13
RR	2.046.508.027	0,48%	670.977	8.051.726	0,20%	0,39%	25
RS	26.157.932.906	6,13%	10.053.169	120.638.032	2,95%	0,46%	23
SC	15.000.023.181	3,51%	4.375.202	52.502.421	1,29%	0,35%	26
SE	5.134.278.608	1,20%	5.080.242	60.962.905	1,49%	1,19%	11
SP	113.618.045.092	26,61%	39.715.607	476.587.278	11,67%	0,42%	24
TO	4.321.248.163	1,01%	2.734.520	32.814.242	0,80%	0,76%	16
Brasil	427.005.673.139	100,00%	340.214.408	4.082.572.894	100,00%	0,96%	

Fonte: receitas correntes: STN (Secretaria do Tesouro Nacional); demais tabulações: LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

3 A EXTREMA POBREZA NO CEARÁ

A Tabela 9 e as figuras 4A e 4B exibem a distribuição da população total e da população em situação de extrema pobreza por área censitária no Ceará. Observa-se o mesmo padrão presente nos dados para todo o país, uma grande concentração de pessoas na condição de extrema pobreza nas áreas rurais, que possuem 37,9% dos indivíduos em situação de extrema pobreza.

TABELA 9: População e Pessoas em situação de extrema pobreza * por Área Censitária, Ceará, 2009

Área Censitária	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Ceará	Nr Pessoas (B)	% do Ceará	Proporção (B/A)
Metropolitana	3.580.010	41,78%	222.305	24,46%	6,21%
Rural	1.835.700	21,42%	344.096	37,85%	18,74%
Urbana	3.152.880	36,80%	342.584	37,69%	10,87%
Ceará	8.568.590	100,00%	908.985	100,00%	10,61%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

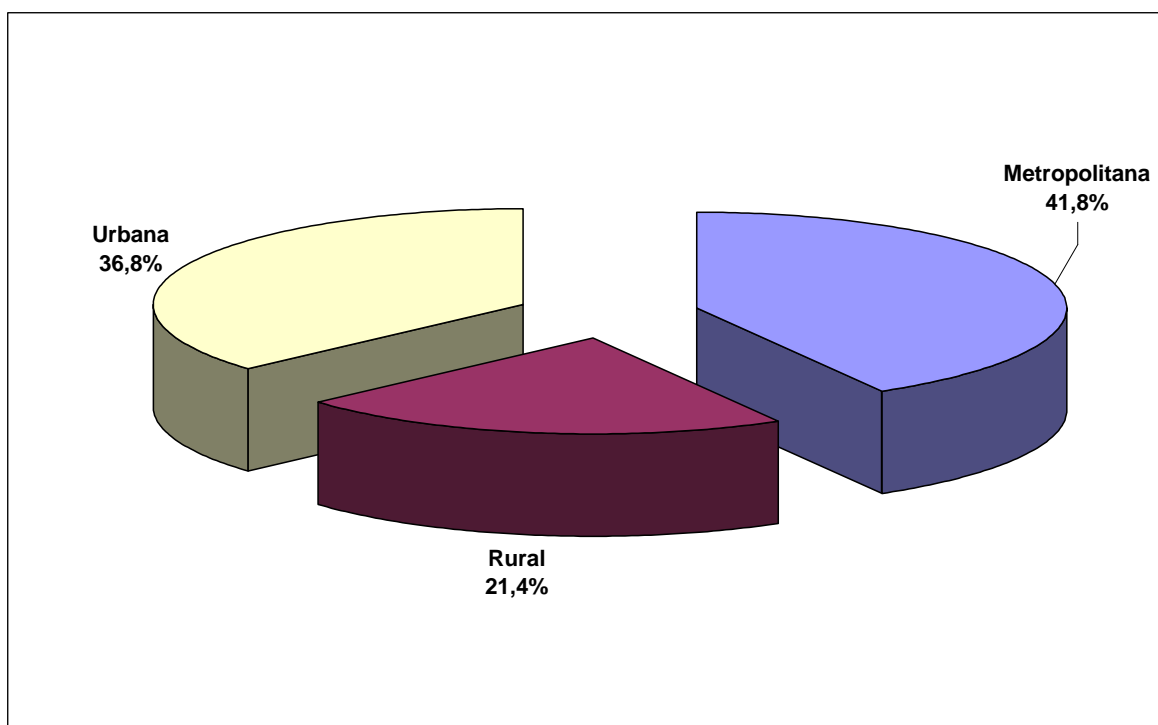


FIGURA 4A: Distribuição Populacional por Área Censitária, Ceará, 2009

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

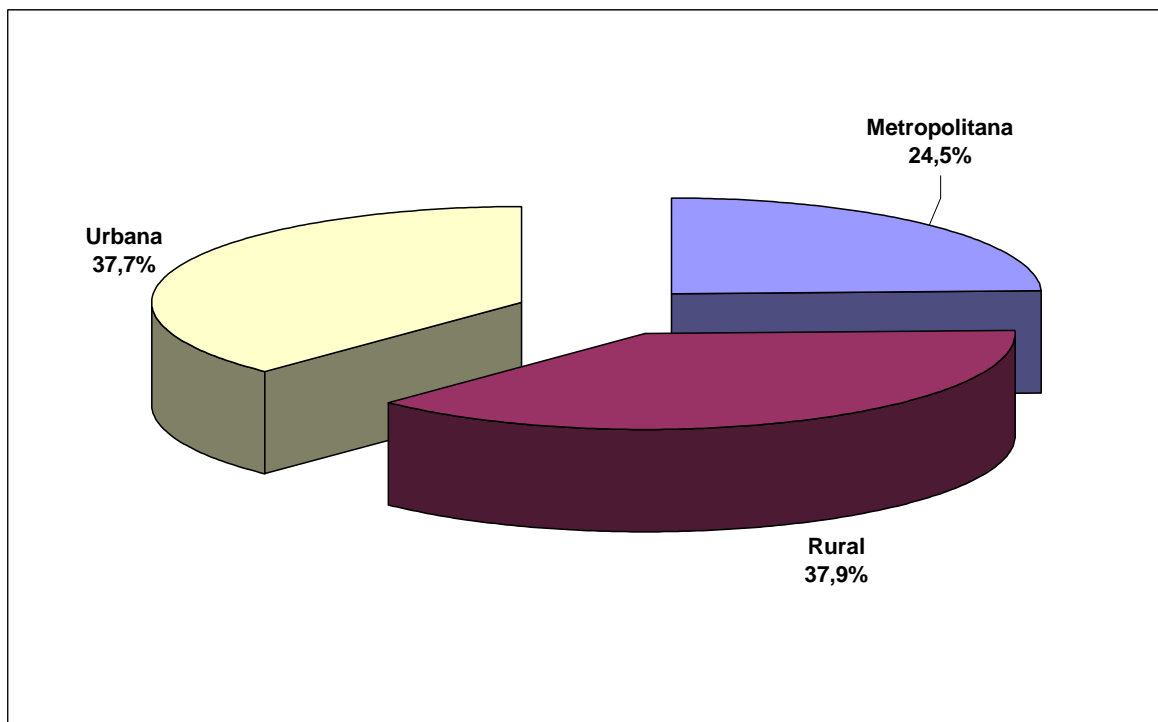


FIGURA 4B: Distribuição Extrema Pobreza por Área Censitária, Ceará, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

As evidências sobre a distribuição da população total e da população em situação de extrema pobreza entre as faixas etárias no Ceará são mostradas na Tabela 10 e as figuras 5A e 5B. A faixa etária mais atingida pela extrema pobreza é a dos indivíduos com menos de quinze anos, que representam 45,8% das pessoas em situação de vulnerabilidade. Os dados mostram ainda que dezoito em cada cem crianças cearenses estão em situação de extrema pobreza.

TABELA 10: População e Pessoas em situação de extrema pobreza * por Faixa Etária, Ceará, 2009

Faixa Etária	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Ceará	Nr Pessoas (B)	% do Ceará	Proporção (B/A)
0-14	2.324.026	27,12%	416.559	45,83%	17,92%
15-24	1.654.273	19,31%	168.981	18,59%	10,21%
25-34	1.369.413	15,98%	132.073	14,53%	9,64%
35-44	1.106.740	12,92%	101.694	11,19%	9,19%
45-54	891.574	10,41%	65.648	7,22%	7,36%
55-64	579.424	6,76%	22.567	2,48%	3,89%
>= 65	643.140	7,51%	1.463	0,16%	0,23%
Ceará	8.568.590	100,00%	908.985	100,00%	10,61%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Nota: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

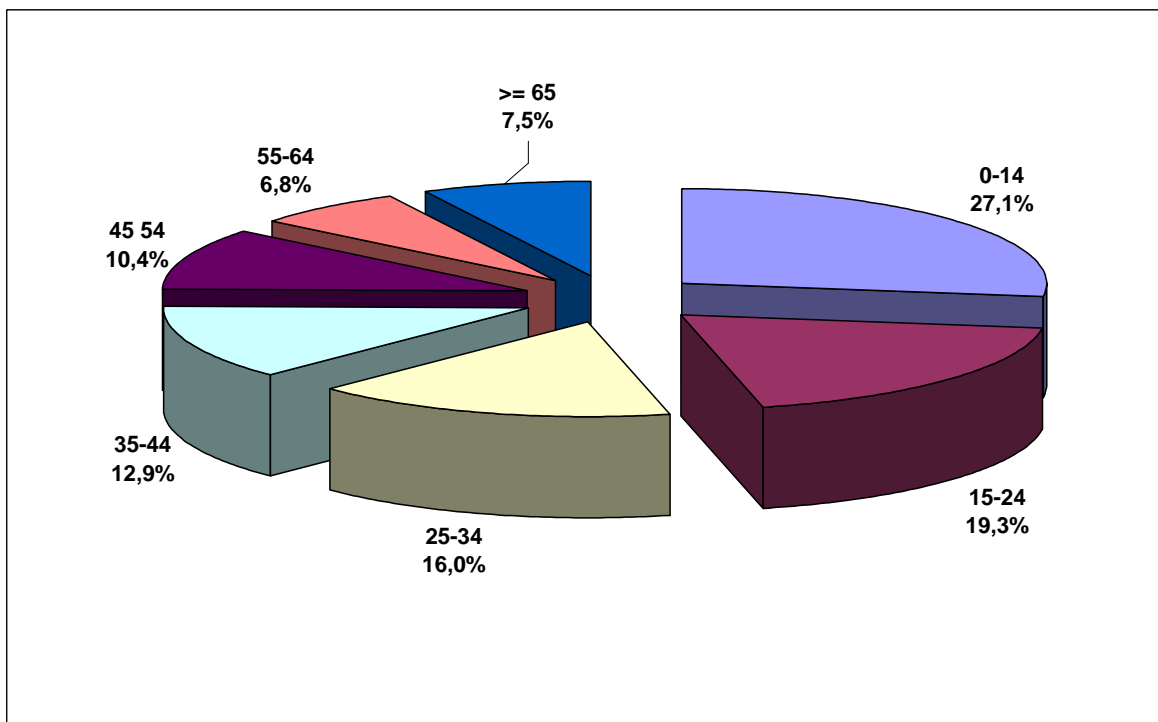


FIGURA 5A: Distribuição Populacional por Faixa Etária, Ceará, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

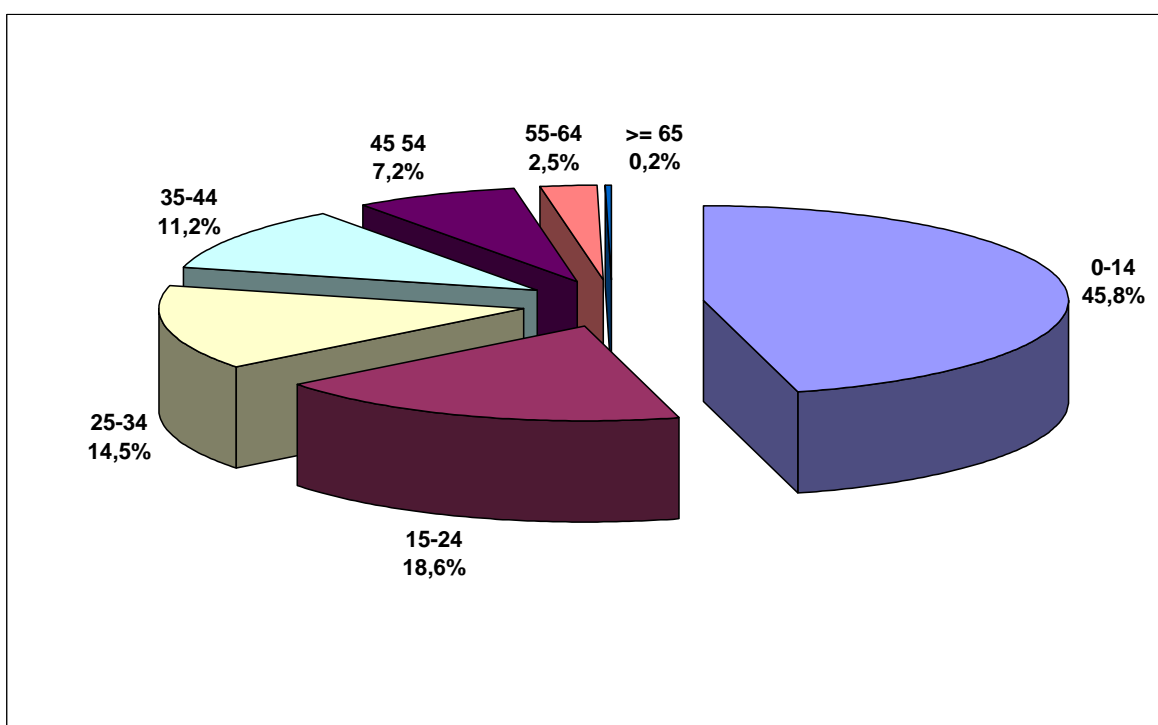


FIGURA 5B: Distribuição Extrema Pobreza por Faixa Etária, Ceará, 2009
 Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

A Tabela 11 mostra, para os indivíduos acima de quinze anos, a distribuição populacional e da população em situação de extrema pobreza no Ceará, segundo os

anos de estudo. Uma análise dos dados aponta que 80% dos indivíduos em situação vulnerável têm menos de nove anos de estudo.

TABELA 11: Distribuição por Anos de Estudo, pessoas acima de 15 anos, todas as classes de renda e em situação de extrema pobreza *, Ceará, 2009

Anos de Estudo	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	Nr Pessoas (A)	% do Total	Nr Pessoas (B)	% do Total	Proporção (B/A)
Sem Instrução	1.098.624	18,22%	97.782	21,13%	8,90%
1 a 4 anos	1.188.923	19,72%	127.888	27,64%	10,76%
5 a 8 anos	1.427.697	23,68%	143.558	31,02%	10,06%
9 a 12 anos	1.873.261	31,07%	91.901	19,86%	4,91%
13 anos ou mais	439.866	7,30%	1.621	0,35%	0,37%
Ceará	6.028.371	100,00%	462.750	100,00%	7,68%
Anos Médios de Estudo	6,53		5,01		

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

Notas: * renda familiar per capita menor do que 1/8 do salário mínimo. (R\$ 58,13 em setembro de 2009)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo principal apresentar as características dos indivíduos em situação de extrema pobreza tanto em nível nacional como especificamente para o Estado do Ceará. Adicionalmente estratificou-se o número de pessoas nessa situação por unidade da federação, levantando-se inclusive o custo financeiro para erradicação da extrema pobreza.

As evidências indicam que a extrema pobreza está concentrada na Região Nordeste e na área rural, embora em números absolutos, as demais regiões e as áreas urbanas e metropolitanas tenham um número expressivo de indivíduos em situação de fragilidade.

Outro dado preocupante é a alta concentração das pessoas extremamente pobres entre os mais jovens, que representam 24% da população e 44% entre os mais pobres. Essa característica é um elemento importante que pode ser um fator perpetuador da extrema pobreza por décadas futuras.

Como esperado, os indivíduos mais pobres possuem baixa escolaridade. Entre as pessoas em extrema pobreza com mais de quinze anos, 75% tem menos de nove anos de estudo.

Os indivíduos extremamente pobres representam 5,25% da população brasileira. No Ceará esse contingente atinge 10,61% da população residente. O custo financeiro mensal para erradicação da extrema pobreza no Brasil, em valores de 2009, é de R\$ 340,2 milhões, representando 0,29 da renda total. No Ceará, o custo seria de R\$ 24,3 milhões mensais, equivalente a 0,75% da renda total e a 2,4% das receitas correntes do Estado.

O Laboratório de Estudos da Pobreza/CAEN/UFC, já vem desenvolvendo pesquisas nessa área e acompanhando os movimentos que ocorrem no âmbito da economia do país e seus rebatimentos nas economias local e regional, para permitir que os governos e a sociedade tenham a exata dimensão do problema, e partir do diagnóstico possam os governos formular políticas sociais de combate ao problema da pobreza extrema em todas as regiões do país.

Sob o ponto de vista econômico, os dados apresentados no relatório são desafiadores, pois exigem a construção de uma engenharia de múltiplas ações sociais e políticas, que perpassam a decisão de somente transferir renda para os mais pobres.

Pesquisas futuras podem caracterizar as informações disponíveis na PNAD-2009 relativas ao domicílio das pessoas em situação de extrema pobreza, contribuindo para identificar esses indivíduos e subsidiando os formuladores de políticas públicas no planejamento e execução das medidas corretivas.

Notas Metodológicas

Os dados desta pesquisa, com exceção das Receitas Correntes, cuja fonte é a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2009, foram consideradas 399.386 observações, sendo, destas, o número de 387.513 observações com informações completas sobre a renda das famílias.

A renda familiar *per capita* é utilizada como *proxy* para o bem-estar dos indivíduos; são consideradas pobres as pessoas cujas rendas familiares *per capita* são menores do que o valor de uma dada linha de pobreza – as linhas de pobreza, miséria e extrema pobreza utilizadas são iguais, respectivamente, às frações 1/2, 1/4 e 1/8 do salário mínimo vigente em setembro de 2009 (mês de realização da PNAD (2009)), no valor de R\$ 465,00. A partir da PNAD/IBGE, são obtidos os valores das seguintes variáveis:

- V4722: Rendimento mensal familiar para todas as unidades domiciliares (exclusive o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados).
- V4724: Número de componentes da família (exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos).

A renda familiar *per capita* foi obtida pela razão entre estas variáveis. Em relação à variável *anos de estudo* foram considerados apenas as pessoas acima de 15 anos que, naturalmente, informaram sua escolaridade. A variável PNAD utilizada foi a V4803 – Anos de estudo.

Em relação às tabulações envolvendo áreas censitárias, foram utilizadas as seguintes variáveis: V4727 - Código de área censitária e V4728 - Código de situação censitária. Em relação às análises por faixas etárias, foi utilizada a variável V8005 - Idade do morador. As observações com valores ignorados desta variável foram, obviamente, desconsiderados na pesquisa.

Todas as análises foram realizadas considerando-se os pesos dos indivíduos – amostra ampliada – obtidos a partir da variável V4729. Por fim, a variável UF - Unidade da Federação – foi utilizada para as tabulações dos Estados e das Regiões.